



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2019.0000059661**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1004481-41.2014.8.26.0408, da Comarca de Ourinhos, em que é apelante COARACY ANTONIO LAS CASAS MOURA LACERDA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A.

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), GILSON DELGADO MIRANDA E CELSO PIMENTEL.

São Paulo, 5 de fevereiro de 2019

**CESAR LUIZ DE ALMEIDA**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**VOTO Nº 11.232**

**APELAÇÃO Nº 1004481-41.2014.8.26.0408**

**APELANTE: COARACY ANTONIO LAS CASAS MOURA LACERDA**

**APELADO: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA MALHA SUL S/A**

**COMARCA: OURINHOS**

**JUÍZA: CALILA DE SANTANA RODAMILANS**

**APELAÇÃO – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA SEGUIDO DE MORTE – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL PELO AUTOR – REAPRECIÇÃO DETERMINADA PELO C. STJ – DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA IMPOSTAS POR LEI QUE CARACTERIZA A CULPA DA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO E O CONSEQUENTE DEVER DE INDENIZAR - RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1210064/SP – VÍTIMA QUE INICIOU TRAVESSIA DA LINHA FÉRREA SEM ATENÇÃO E CAUTELA NECESSÁRIAS - CULPA CONCORRENTE RECONHECIDA - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ARBITRADA EM R\$ 50.000,00 - VERBA SUCUMBENCIAL IMPOSTA À RÉ – RECURSO PROVIDO.**

Trata-se de recurso de apelação (fls.159/174) interposto contra a r. sentença de fls. 155/157 disponibilizada no DJe em 31/01/2017 (fls. 158) que, em ação de indenização por danos morais, julgou improcedente o pedido inicial e condenou o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, observado o benefício da assistência judiciária gratuita.

O autor apela sustentando que os depoimentos colhidos em delegacia, por ocasião do inquérito policial, não podem ser considerados na presente lide, uma vez que foram produzidos sem o devido contraditório.

Sustenta que a ré detinha o conhecimento acerca da passagem clandestina e que mesmo assim não adotou as medidas de segurança necessárias para evitar o acidente.

Afirma que a vítima fez uso de local não apropriado para travessia da linha férrea, mas que isso somente autoriza a concorrência de culpas, já que a ré descumpriu com o seu dever legal de segurança e fiscalização da via férrea.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Por isso, requer que a r. sentença seja reformada para que se reconheça a culpa concorrente da requerida e a sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais no importe de 50% do valor pleiteado na exordial.

Contrarrazões a fls.178/192.

O recurso foi regularmente processado e recebido em ambos os efeitos (fls.233).

A apelada apresentou oposição ao julgamento virtual a fls. 235.

Por votação unânime, em Julho de 2017, esta 28ª Câmara de Direito Privado negou provimento ao recurso, mantendo a r. sentença de improcedência, proferida em primeiro grau.

Interposto recurso especial pelo sucumbente (fls. 296/329), que foi conhecido e provido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça (fls. 348/350), determinando o retorno dos autos a esta Câmara, a fim de observar a pacificação do tema em debate, em sede de repetitivo.

**É o relatório.**

**Ab initio**, deixo consignado que ao contrário do que pretende o apelante os documentos de fls. 33/44 e 47/51, que tratam de cópias do inquérito policial instaurado para apurar a morte da Sra. Lourdes, esposa do autor, merecem ser analisados para o julgamento do feito.

A uma porque são documentos apresentados pelo próprio autor junto com a inicial e com a abertura do prazo para contestação foi dada a oportunidade de defesa à ré.

Além disso, após intimação para especificar as provas que pretendiam produzir, o autor informou não ter interesse na produção de outras provas (fls. 113), enquanto a apelada restou inerte.

Quanto ao parecer do Ministério Público juntado a fls. 132/138 pela ré, o autor também teve a oportunidade de se manifestar (fls. 140/143). Por isso, afasto a impugnação de tais provas.

Passo a análise do mérito.

Consta dos autos que a vítima Sra. Lourdes de Abreu Moura Lacerda Costa, esposa do autor, foi vítima fatal de atropelamento quando atravessava os trilhos férreos localizados entre a Rua Júlio Mori e a Rua Cambará.

José Luis de Oliveira (fls. 44), maquinista da requerida, prestou declarações na delegacia e relatou que trafegava com o sistema de segurança acionado, quando viu que uma mulher tentava atravessar pela passagem clandestina, mas não deu tempo, já que a vítima bateu na lateral do trem. Declarou que parou imediatamente e que ao dirigir-se até a mulher, que estava caída no chão consciente, esta lhe disse que ouviu a buzina, mas achou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

que dava tempo de passar e correu para atravessar a via. O maquinista declarou ainda que no local dos fatos o mato estava bem alto e que isso dificulta a visão.

O autor também prestou declarações na delegacia (fls. 47) e informou que sua esposa utilizava costumeiramente aquele trilho para atravessar a Rua Julio Mori para a Rua Cambará, pois a passagem de nível oficial fica há mais de um quarteirão dali. Declarou que conhece o trilho e que aquele trecho de linha é reto, assim como que o mato estava bem alto.

Michele de Abreu Costa (fls. 48), filha do autor com a Sra. Lurdes foi inquirida pela autoridade policial na delegacia e informou que no momento do acidente estava em casa e foi avisada do acidente por uma tia. Declarou que ouviu barulho do trem na linha, mas não ouviu a buzina e que no local do acidente havia mato, mas que dava para o maquinista ter visão do local.

Alexandre Cristóvão Gouveia (fls. 49) também compareceu à delegacia, mas não trouxe nenhuma informação que pudesse esclarecer o acidente, informando apenas que conhecia a vítima e que esta gozava de boa saúde.

O Ilustre Promotor de Justiça Maurício Azevedo Ferreira postulou o arquivamento do inquérito policial nº 450/2013, instaurado para apuração de eventual prática do crime de homicídio culposo por parte do maquinista José Luís de Oliveira, nos seguintes termos (fls. 135/136):

**“Findas as investigações, não há como esclarecer qual a velocidade o maquinista imprimia no auto de linha. Também não é possível afastar, pela palavra dos familiares da vítima, a sua afirmação de que trafegava com a buzina acionada e os faróis ligados. Por outro lado, é aceitável concluir que a vítima não foi colhida frontalmente pelo veículo, pois se tal houvesse ocorrido, ela não estaria consciente logo após o acidente, sendo crível que a colisão foi na lateral do auto de linha, como relatado pelo condutor, quando a vítima iria iniciar a travessia, tanto que a policial encontrou-a, ao lado, no mato. Ademais, também não se pode olvidar que a vítima tentou realizar a travessia em ponto não autorizado, preferindo este à passagem de nível oficial, que fica um pouco mais distante, como informado pelo viúvo”. Sic**

Segundo o laudo pericial realizado no local dos fatos pelo Instituto de Criminalística (fls. 50/51): **“trata-se de trecho da linha férrea da ALL que passa pela área urbana da cidade de Ourinhos, mais precisamente ladeando a Rua Júlio Mori, no Jardim Primavera. Não existe um isolamento da linha de forma que muitas pessoas usam transpor os trilhos para acessar a Rua Cambará, no quarteirão a frente.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Quando do exame, a pavimentação encontrava-se seca, o tempo era bom e as condições de visibilidade local eram normais". Sic**

Com efeito, no que tange à responsabilidade pela segurança nas linhas férreas, em sede de recurso especial repetitivo ficou consolidado o seguinte entendimento:

**RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. ACIDENTE FERROVIÁRIO. VÍTIMA FATAL. COMPROVADA A CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. SÚMULA 7 DO STJ. NÃO COMPROVAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NOS MOLDES EXIGIDOS PELO RISTJ. 1. A culpa da prestadora do serviço de transporte ferroviário configura-se no caso de atropelamento de transeunte na via férrea quando existente omissão ou negligência do dever de vedação física das faixas de domínio da ferrovia com muros e cercas bem como da sinalização e da fiscalização dessas medidas garantidoras da segurança na circulação da população. Precedentes.**

**2. A responsabilidade civil do Estado ou de delegatário de serviço público, no caso de conduta omissiva, só se desenhará quando presentes estiverem os elementos que caracterizam a culpa, a qual se origina, na espécie, do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a consumação do dano.**

**3. A exemplo de outros diplomas legais anteriores, o Regulamento dos Transportes Ferroviários (Decreto 1.832/1996) disciplinou a segurança nos serviços ferroviários (art. 1º, inciso IV), impondo às administrações ferroviárias o cumprimento de medidas de segurança e regularidade do tráfego (art. 4º, I) bem como, nos termos do 'inciso IV do art. 54, a adoção de "medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativas destinadas a prevenir acidentes". Outrossim, atribuiu-lhes a função de vigilância, inclusive, quando necessário, em ação harmônica com as autoridades policiais (art. 55).**

**4. Assim, o descumprimento das medidas de segurança impostas por lei, desde que aferido pelo Juízo de piso, ao qual compete a análise das questões fático-probatórias, caracteriza inequivocamente a culpa da concessionária de transporte ferroviário e o consequente dever de indenizar.**

**5. A despeito de situações fáticas variadas no tocante ao descumprimento do dever de segurança e vigilância contínua das vias férreas, a responsabilização da concessionária é uma constante, passível de ser elidida tão somente quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima. Para os fins da sistemática prevista no art. 543-C do CPC, citam-**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

se algumas situações: (i) existência de cercas ao longo da via, mas caracterizadas pela sua vulnerabilidade, insuscetíveis de impedir a abertura de passagens clandestinas, ainda quando existente passarela nas imediações do local do sinistro; (ii) a própria inexistência de cercadura ao longo de toda a ferrovia;

(iii) a falta de vigilância constante e de manutenção da incolumidade dos muros destinados à vedação do acesso à linha férrea pelos pedestres; (iv) a ausência parcial ou total de sinalização adequada a indicar o perigo representado pelo tráfego das composições.

**6. No caso sob exame, a instância ordinária, com ampla cognição fático-probatória, consignou a culpa exclusiva da vítima, a qual encontrava-se deitada nos trilhos do trem, logo após uma curva, momento em que foi avistada pelo maquinista que, em vão, tentou frear para evitar o sinistro. Insta ressaltar que a recorrente fundou seu pedido na imperícia do maquinista, que foi afastada pelo Juízo singular, e na responsabilidade objetiva da concessionária pela culpa de seu preposto. Incidência da Súmula 7 do STJ.**

**7. Ademais, o dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes exigidos pelo RISTJ, o que impede o conhecimento do recurso especial interposto com fundamento tão somente na alínea "c" do permissivo constitucional.**

**8. Recurso especial não conhecido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (REsp 1210064/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 31/08/2012). Sic**

No caso em tela, conforme se depreende do conjunto probatório carreado aos autos, a vítima fez uso de uma passagem clandestina, um trilho, que comumente era utilizado por outras pessoas para atravessar da Rua Júlio Mori para Rua Cambará. Também consta que a vegetação existente no local era alta e prejudicava a visão do maquinista.

Assim, está evidenciada a responsabilidade da ré, empresa de transporte ferroviário, diante da ausência de medidas de segurança destinadas a prevenir acidentes.

Por outro lado, não há como se afastar o fato de que a vítima fez uso de local não apropriado para travessia da linha férrea. Por isso, de rigor o conhecimento da culpa concorrente.

Esse é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça a respeito do assunto, confira-se:

**Civil e processual. Ação de indenização por danos morais decorrentes de acidente em linha ferroviária julgada improcedente. Pretensão dos**



autores à reforma integral. Atropelamento de pedestre em via férrea. Firme jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "a culpa da prestadora do serviço de transporte ferroviário configura-se no caso de atropelamento de transeunte na via férrea quando existente omissão ou negligência do dever de vedação física das faixas de domínio da ferrovia com muros e cercas bem como da sinalização e da fiscalização dessas medidas garantidoras da segurança na circulação da população". Culpa concorrente, todavia, que deve ser reconhecida. A morte de ente querido (esposo e pai dos autores, no caso concreto) em acidente de trânsito gera danos morais *in re ipsa*. Quantum indenizatório que fica arbitrado em 50 (cinquenta) salários mínimos para cada autor, levando em conta as particularidades do caso concreto, inclusive a culpa concorrente da vítima. Lide secundária que também deve ser acolhida, observados os limites da apólice. **RECURSO PROVIDO EM PARTE (TJSP - Apelação 0006112-54.2005.8.26.0278 - Desembargador Relator MOURÃO NETO - 27ª Câmara de Direito Privado – j. 26/04/2018 – v.u.). Sic**

**RESPONSABILIDADE CIVIL – Atropelamento fatal em ferrovia – Ação indenizatória – Responsabilidade decorrente do risco administrativo – Inteligência do art. 37, § 6º, da Constituição Federal – Ação acolhida - Inexistência de passarela ou passagem segura no local do acidente – Ainda que a legislação não permita o fechamento da ferrovia no local, medidas protetivas deveriam ser tomadas para preservação de acidentes - Reconhecimento de culpa concorrente da vítima – Verbas indenizatórias reduzidas, considerando-se a remuneração mínima do trabalhador brasileiro para a fixação da pensão – Dano moral evidenciado e indenização fixada em conformidade com os princípios de proporcionalidade e de razoabilidade – Recurso improvido (TJSP - Apelação 3003282-22.2013.8.26.0363 - Desembargador Relator CAIO MARCELO MENDES DE OLIVEIRA - 32ª Câmara de Direito Privado – j. 10/11/2016 – v.u.). Sic**

Ora, é inegável o sofrimento experimentado pelo autor em decorrência da morte de sua esposa a Sra. Lurdes de Abreu Moura Lacerda Costa, vítima fatal de atropelamento na via férrea.

Essa inclusive é a orientação jurisprudencial do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a saber:

*“Dano moral puro. Indenização. Sobrevindo, em razão do ato ilícito, perturbação nas relações psíquicas, na tranqüilidade e afetos de uma pessoa, configura-se o dano moral, passível de indenização” sic (STJ-4ª. Turma, Resp. Rel. Min. Barros Monteiro, j. 18.02.92, RSTJ*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**34/285). Sic**

É oportuna, ainda, a lição que foi ofertada pelo Eminente Desembargador **NEY ALMADA**, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como Relator nos autos da apelação cível n. 173.975-1/0, j. 29/12/1992, a saber:

*“Na escala axiológica, o bem da vida humana é supremo, servindo de assento a qualquer outro e, ainda, para a realização de todos os demais valores. Bem fundante. Primeiro e último valor, Ortega & Gasset a considera a realidade radical, aquela onde se enraízam todos os demais”. Sic*

E prossegue o Eminente Desembargador Relator **NEY ALMADA** no mencionado Venerado Acórdão esclarecendo que:

*“Existe, ademais, direito ao gozo da vida alheia, como no caso dos pais relativamente ao filho perecido. A vida surge, pois, como um centro concreto de irradiação de benefícios para outras pessoas. O que a vítima representava para os autores - eis o bem jurídico tutelado pela indenização de danos morais”. Sic*

Reconhecido o dano moral puro, observo que, conquanto inexistia fórmula matemática para a apuração do *quantum* da indenização, o mesmo deve guardar correspondência com a gravidade do fato e as condições econômicas dos postulantes e do causador do dano, evitando-se o enriquecimento sem causa e a reiteração da prática ilícita. Ademais, devem ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Com o reconhecimento da culpa concorrente entre a vítima e a ré, fixo a título de indenização por danos morais o montante de R\$ 50.000,00, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do arbitramento (Súmula 362, STJ) e acrescido de juros de mora da data do acidente, nos termos da Súmula 54, do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Tendo em vista a inversão do julgado e em obediência ao princípio da causalidade, condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários fixados em 15% do valor da condenação.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou provimento ao recurso, para condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais em favor do autor, no importe de R\$ 50.000,00, que deverá ser atualizado monetariamente a partir do arbitramento (Súmula 362, STJ) e acrescido de juros de mora da data do acidente, nos termos da Súmula 54, do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

**CESAR LUIZ DE ALMEIDA**  
Relator